

# Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	516.965	365.117	Fornecedores (Nota 15)	505.739	564.686
Contas a receber de clientes (Nota 7)	671.855	729.154	Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	916	1.853
Estoques	8.857	4.564	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	141.784	241.916
Tributos a recuperar (Nota 8)	2.837	43.776	Obrigações trabalhistas	8.190	8.141
Imposto de renda e contribuição social a compensar (Nota 8)	-	17.858	Tributos a recolher (Nota 17)	57.199	51.884
Cessão de crédito	1.699	594	Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 17)	53.764	61.903
Outras contas a receber	10.157	10.229	Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	137.304	99.382
	<u>1.212.370</u>	<u>1.171.292</u>	Dividendos e JCP a pagar (Nota 19)	149.367	68.543
			Demais contas a pagar	9.247	23.493
<b>Não circulante</b>				<u>1.063.510</u>	<u>1.121.801</u>
Contas a receber de clientes (Nota 7)	29.719	27.145	<b>Não circulante</b>		
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	449.010	405.614	Obrigações setoriais (Nota 8.a)	298.111	270.008
Tributos a recuperar (Nota 8)	304.988	275.517	Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	16.752	7.320
Depósitos judiciais (Nota 12)	63.371	62.468	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.076.529	1.008.413
	<u>847.088</u>	<u>770.744</u>	Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	198.482	216.129
			Provisão para contingências (Nota 21)	490.639	493.869
<b>Investimentos</b>				<u>2.080.513</u>	<u>1.995.739</u>
Intangível (Nota 13)	2.458.532	2.320.607	<b>Total do passivo</b>	<u>3.144.023</u>	<u>3.117.540</u>
Direito de uso (Nota 14.1)	14.822	6.776	Patrimônio líquido (Nota 19)		
	<u>2.473.734</u>	<u>2.327.763</u>	Capital social	644.460	644.460
<b>Total do ativo</b>	<u>4.533.192</u>	<u>4.269.799</u>	Reserva de capital	2.194	2.194
			Reservas de lucros	875.672	634.261
			Outros resultados abrangentes	(133.157)	(128.656)
			<b>Total do patrimônio líquido</b>	<u>1.389.169</u>	<u>1.152.259</u>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>4.533.192</u>	<u>4.269.799</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital incentivos fiscais	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
			Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	644.460	2.194	128.893	684	349.354	-	(104.805)	1.020.780
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	273.940	-	273.940
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	(23.851)	23.851
Constituição de reserva de expansão aprovado em AGO (abril/2022)	-	-	-	308.636	(308.636)	-	-	-
Dividendos aprovados em AGO (abril/2022)	-	-	-	-	(40.718)	-	-	40.718
<b>Destinação do lucro:</b>								
Juros sobre o capital próprio (R\$ 265,12 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(68.836)	-	68.836
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 34,88 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(9.056)	-	9.056
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2023)	-	-	-	-	-	(196.048)	-	196.048
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	644.460	2.194	128.893	309.320	196.048	-	(128.656)	1.152.259
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	596.943	-	596.943
Despesas com fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	(4.501)	4.501
Passivo fiscal diferido - NIIF 16	-	-	-	-	-	-	271	271
Dividendos aprovados em AGO (abril/2023)	-	-	-	-	(196.048)	-	-	(196.048)
<b>Destinação do lucro:</b>								
Juros sobre o capital próprio (R\$ 294,57 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(76.483)	-	76.483
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 755,08 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	(83.272)	-	83.272
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2024)	-	-	-	-	-	(437.188)	(271)	437.188
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	644.460	2.194	128.893	309.320	437.459	-	(133.157)	1.389.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022		2023	2022
<b>Vendas de gás e de serviços</b>			<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Receitas			Pessoal		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	6.812.663	7.445.446	Remuneração direta	57.879	62.112
Outras receitas operacionais	9.937	13.470	Benefícios	21.617	18.635
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(178.184)	(182.776)	FGTS	4.707	4.108
	<u>6.644.416</u>	<u>7.276.140</u>		<u>84.203</u>	<u>84.855</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.858.089)	(4.597.184)	Federais	461.435	249.757
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(1.067.814)	(1.254.058)	Estaduais	254.615	221.477
	<u>(4.925.903)</u>	<u>(5.851.242)</u>	Municipais	6.748	6.025
	<u>1.718.513</u>	<u>1.424.898</u>		<u>722.798</u>	<u>477.259</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>			<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Retenções			Juros	250.627	501.941
Amortizações do intangível e diferido	(149.376)	(141.825)	Aluguéis	3.526	3.177
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.569.137	1.283.073		<u>254.153</u>	<u>505.118</u>
Valor adicionado recebido em transferência			<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Receitas financeiras	88.960	58.099	Juros s/ capital próprio	76.483	68.836
Valor adicionado total a distribuir	1.658.097	1.341.172	Dividendos propostos	83.272	9.056
			Lucros retidos	437.188	196.048
				<u>596.943</u>	<u>273.940</u>
			<b>Valor adicionado distribuído</b>	<u>1.658.097</u>	<u>1.341.172</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2023	2022
Receita líquida (Nota 23)	5.602.206	6.133.756
Custo do serviço (Nota 24)	(4.005.649)	(4.736.162)
Lucro bruto	1.596.557	1.397.594
Despesas com vendas (Nota 26)	(180.613)	(193.623)
Despesas administrativas e gerais (Nota 26)	(340.551)	(316.576)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 27)	(38.041)	(51.521)
Lucro operacional	1.037.352	835.874
Receitas financeiras	88.960	58.099
Despesas financeiras	(250.627)	(501.941)
Resultado financeiro, líquido (Nota 28)	(161.667)	(443.842)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	875.685	392.032
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Notas 9 e 18)	(319.548)	(231.501)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 9 e 18)	40.806	113.409
Lucro líquido do exercício	596.943	273.940
Lucro líquido do exercício básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	2,29914	1,05509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	596.943	273.940
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes:		
- Despesa atuarial de fundo de pensão, líquido de imposto	(4.501)	(23.851)
Total do resultado abrangente do exercício	592.442	250.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	875.685	392.032
Ajustes		
Amortizações do intangível	144.991	139.973
Depreciação ativo direito de uso	4.385	1.852
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	168.654	171.653
Juros sobre arrendamento	2.456	696
Custos a amortizar no exercício	6.274	4.506
Atualização monetária sobre depósito judicial	885	722
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	10.041	11.171
Adições (exclusões) contingências	(3.230)	262.557
Provisão para perdas de crédito esperadas	106.572	97.695
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	(89)	(145)
	<u>1.316.624</u>	<u>1.082.712</u>
<b>Varições nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	(51.847)	(172.217)
Tributos a recuperar e diferidos	289.039	177.325
Estoques	(4.293)	(876)
Cessão de crédito	(1.105)	623
Demais contas a receber	(2.904)	(2.764)
Depósitos judiciais	(903)	22.181
Fornecedores	(58.947)	79.388
Obrigações trabalhistas	49	1
Tributos a recolher	(294.269)	(234.016)
Demais contas e despesas a pagar	(12.148)	511
Caixa proveniente das operações	1.179.296	952.868
Juros pagos de empréstimos	(203.633)	(111.665)
Juros pagos arrendamento	(1.099)	(918)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(256.300)	(257.357)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	718.264	582.928
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do intangível	(282.916)	(241.099)
Venda de intangível	-	880
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(282.916)	(240.219)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização dos empréstimos - principal	(3.311)	(3.948)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(264.533)	(159.424)
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP do exercício	(10.452)	(9.407)
Amortização de arrendamento - principal	(5.204)	(1.686)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(283.500)	(174.465)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	151.848	168.244
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	365.117	196.873
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	516.965	365.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF N° 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), a partir do cenário provável de acordo com Relatório Focus), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário		Cenário I		Cenário II	
	provável	Deterioração 25%	11,88	Deterioração 50%	11,88	11,88
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2023 - %	11,88	11,88	11,88	11,88	11,88	11,88
Dívida líquida – bancos	701.348	701.348	701.348	701.348	701.348	701.348
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2023 - %	11,75	14,69	17,63	17,63	17,63	17,63
Despesa financeira	(912)	19.708	40.328	40.328	40.328	40.328
IR e CS	310	(6.701)	(13.711)	(13.711)	(13.711)	(13.711)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	(602)	13.007	26.617	26.617	26.617	26.617

## 4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 pode ser assim sumariado:

	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.218.313	1.250.329
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(516.965)	(365.117)
Dívida líquida	701.348	885.212
Total do patrimônio líquido	1.389.169	1.152.259
Total do capital próprio e de terceiros	2.090.517	2.037.471
Índice de alavancagem financeira - %	34%	43%

## 4.3 Instrumentos financeiros

### a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de swap.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

### b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisitos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes quando existentes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração aprova e supervisiona as políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

### 5 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	516.965	365.117
Contas a receber de clientes	701.574	756.299
Outras contas a receber	10.157	10.229
Cessão de crédito	1.699	594
	<u>1.230.395</u>	<u>1.132.239</u>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e financiamentos	1.218.313	1.250.329
Dividendos e juros sobre o capital próprio	149.367	68.543
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	514.986	588.179
	<u>1.882.666</u>	<u>1.907.051</u>

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Instrumentos</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Empréstimos e financiamentos	1.218.313	1.218.313
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	149.367	149.367
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	514.986	514.986
Total de captações	1.882.666	1.882.666
Total custo de captações	(3.311)	(3.948)
Total de captações líquido	<u>1.879.355</u>	<u>1.878.718</u>

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	76.515	84.717
Aplicações financeiras (CDBs)	440.450	280.400
	<u>516.965</u>	<u>365.117</u>

O saldo em bancos que está disponível rende juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa e podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas no Banco Santander referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (102,7% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

## 7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de serviços como demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	1.029.442	963.319
Do setor público	15.158	16.819
	<u>1.044.600</u>	<u>980.138</u>
<b>Não faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	116.482	120.938
Do setor público	4.325	5.124
	<u>120.807</u>	<u>126.062</u>
Vendas de serviços	115	7.475

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para perdas de crédito esperadas	(463.948)	(357.376)
	<u>701.574</u>	<u>756.299</u>
Circulante	671.855	729.154
Não circulante (a)	29.719	27.145
	<u>701.574</u>	<u>756.299</u>

### (a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos das contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	515.307	547.247
Faturado	120.807	126.062
Não faturado		
Vencidas		
Até três meses	102.028	105.162
De três a seis meses	73.420	96.430
Acima de seis meses	353.960	238.774
	<u>1.165.522</u>	<u>1.113.675</u>

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, utilizando-se de uma matriz de provisão:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Dias de vencimento</b>	<b>Taxa de atraso (%)</b>	<b>Taxa de atraso (%)</b>
A vencer	1,99%	2,20%
1 a 30 dias	16,67%	12,44%
31 a 60 dias	44,80%	42,22%
61 a 90 dias	58,99%	33,06%
91 a 120 dias	64,03%	73,78%
121 a 180 dias	70,75%	80,57%
181 a 360 dias	81,37%	86,43%
Mais de 360 dias	83,25%	77,53%

Com o fim das restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, a Companhia voltou a considerar a suspensão, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, dos serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Em 1º de janeiro	357.376	259.681
Provisão para perdas de crédito esperadas	185.237	299.749
Recuperação de perdas das contas a receber	(78.665)	(202.054)
Saldo final na respectiva data	463.948	357.376
A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações contábeis intermediárias é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.		

## 8 Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
PIS e COFINS (a)	298.065	305.966
ICMS a recuperar (b)	9.760	7.938
Contribuição social (c)	-	17.858
Imposto de Renda Retido na Fonte (d)	-	5.389
	<u>307.825</u>	<u>337.151</u>
Circulante	2.837	61.634
Não circulante	304.988	275.517
	<u>307.825</u>	<u>337.151</u>

### (a) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 298.111 (R\$ 224.556 principal e R\$ 73.555 de atualização monetária) relativos a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo realizada em fevereiro de 2022, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC. A Companhia compensará o valor total reconhecido no prazo mínimo de 30 meses, considerando o mencionado na Medida Provisória 1.202 de 29 de dezembro de 2023, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do trânsito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.

Há ainda um valor de ajuste de R\$ 46 correspondente a PIS e Cofins retido na fonte.

(b) Refere-se, predominantemente, a saldo credor de ICMS a recuperar decorrente de maior volume de créditos de notas fiscais da Petrobras no mês de dezembro no montante de R\$ 3.090 (R\$ 2.400 em 31 de dezembro de 2022).

(c) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social em 2022. Para o ano de 2023 houve a mudança na forma de apuração para o lucro real trimestral, portanto, sem o pagamento mensal em bases estimadas.

(d) Refere-se à retenção na fonte sobre pagamentos e bases resgates de aplicações financeiras. Redução devido a utilização trimestral dos créditos em razão da mudança na forma de tributação para o lucro real trimestral.

## 9 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

## a. Composição

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações de fundo de pensão	136.085	128.032
Provisão para perdas de crédito esperadas	129.352	94.163
Provisão para contingências	166.816	167.915
AVP financeiro	976	1.679
Operações com arrendamento mercantil	1.255	815
Juros e variação monetária Gasius	(3.343)	(3.300)
Provisão de fornecedores	16.990	15.422
Outras	879	888
Ativo não circulante	<u>449.010</u>	<u>405.614</u>

## b. Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2022</b>	128.032	94.163	167.915	1.679	815	(3.300)	15.422	888	405.614
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	5.733	35.189	(1.099)	(703)	124	(43)	1.568	(9)	40.760
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	2.320	-	-	-	316	-	-	-	2.636
<b>Ativo em 31 de dezembro de 2023</b>	<u>136.085</u>	<u>129.352</u>	<u>166.816</u>	<u>976</u>	<u>1.255</u>	<u>(3.343)</u>	<u>16.990</u>	<u>879</u>	<u>449.010</u>

	IR e CS diferidos								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária Gasius	Fornecedores	Outras provisões	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	111.933	79.219	78.646	(1.179)	883	(4.090)	13.618	888	279.918
Adições (baixas) na demonstração do resultado	3.812	14.944	89.269	2.858	(68)	790	1.804	-	113.409
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	12.287	-	-	-	-	-	-	-	12.287
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<u>128.032</u>	<u>94.163</u>	<u>167.915</u>	<u>1.679</u>	<u>815</u>	<u>(3.300)</u>	<u>15.422</u>	<u>888</u>	<u>405.614</u>

## c. Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que servirem de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	28.163	24.720
2025	69.264	71.875
2026	58.474	57.957
2027	66.272	65.685
2028 em diante	226.837	185.377
	<u>449.010</u>	<u>405.614</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ocorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

## 10 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante		Passivo Circulante		Receitas		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>A receber/pagar</b>								
<b>Controladora indireta:</b>								
Naturgy Energy Group S.A. (a)	-	22	527	-	28	-	26	
<b>Controle Comum:</b>								
Gás Fenosa Engineering (b)	-	-	-	35	35	-	-	
Gás Natural Informática (c)	-	699	4.543	-	302	8.655	8.147	
NATURGY IT S.L. (d)	-	301	659	-	230	6.587	5.827	
CEG Rio S.A. (e)	485	2.231	-	23.777	22.676	-	-	
LEAN CORPORATE SERVICES S.L. (f)	-	-	-	-	19			

# Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF N° 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	1.890	22.614	1.154	59.764	2.558	3.438	66	1.994.451	7.139	2.093.074
Aquisição	-	-	-	44.079	-	317	-	805	3.045	50.037
Baixa líquida	-	-	-	-	-	-	-	(880)	-	(880)
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	106.799	-	106.799
Amortização	-	(1.348)	(82)	(26.451)	(1.157)	(976)	(100)	(77.561)	(3.691)	(111.366)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Custo total	1.890	55.091	11.569	361.098	38.403	20.458	20.696	3.237.815	28.789	3.723.559
Amortização acumulada	-	(33.825)	(10.497)	(231.456)	(35.270)	(17.679)	(20.471)	(1.214.401)	(22.296)	(1.585.895)
Valor contábil atual	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	-

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Aquisição	-	-	-	52.250	-	390	-	638	1.507	54.785
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	127.425	-	127.425
Amortização	-	(1.348)	(82)	(28.537)	(1.095)	(968)	(104)	(79.747)	(3.782)	(115.663)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Custo total	1.890	55.091	11.569	361.098	38.403	20.848	20.696	3.365.878	30.296	3.905.769
Amortização acumulada	-	(35.173)	(10.579)	(259.993)	(36.365)	(18.647)	(20.575)	(1.294.148)	(26.078)	(1.701.558)
Valor contábil atual	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	-

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 9.878 (R\$ 3.669 em 31 de dezembro de 2022) à taxa média de 14,97% (14,52% em 31 de dezembro de 2022).

## 14. Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e oito anos enquanto veículos é superior a um ano e inferior a dois anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto		Taxa % a.a.
Superior a 1 ano até 8 anos		8,45 a 11,45
Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A Companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros). Os saldos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2023, são de R\$ 14.822 (R\$ 6.776 em 31 de dezembro de 2022) no ativo e R\$ 17.668 (R\$ 9.173 em 31 de dezembro de 2022) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).		

## 14.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 31/12/2022	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2023	Prazo médio contratual-(anos)
Terrenos	15	-	(11)	4	5,42
Edificações	6.336	11.061	(2.851)	14.546	3,12
Veículos	425	1.370	(1.523)	272	1,00
<b>Total - ativo de direito de uso</b>	<b>6.776</b>	<b>12.431</b>	<b>(4.385)</b>	<b>14.822</b>	

  

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 1º/1/2022	Baixa	Amortizações	Saldo final 31/12/2022	Prazo médio contratual-(anos)
Terrenos	24	-	(9)	15	5,42
Edificações	7.721	-	(1.385)	6.336	3,12
Veículos	-	883	(458)	425	1,00
<b>Total - ativo de direito de uso</b>	<b>7.745</b>	<b>883</b>	<b>(1.852)</b>	<b>6.776</b>	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação do contrato da sede administrativa, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

	Nominal	Ajustado a valor presente
<b>Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2023)</b>		
Contraprestação do arrendamento	17.719	15.242
PIS/COFINS potencial	1.639	1.410
	<b>Nominal</b>	<b>Ajustado a valor presente</b>
<b>Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2022)</b>	8.085	6.684
Contraprestação do arrendamento	748	618
PIS/COFINS potencial	-	-

## 14.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2022	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2023
Terrenos	19	2	-	-	(14)	(1)	6
Edificações	8.720	2.306	11.061	-	(3.620)	(1.046)	17.422
Veículos	434	148	1.370	(89)	(1.570)	(52)	241
<b>Total - passivo de arrendamento</b>	<b>9.173</b>	<b>2.456</b>	<b>12.431</b>	<b>(89)</b>	<b>(5.204)</b>	<b>(1.099)</b>	<b>17.668</b>

  

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 1º/1/2022	Encargos financeiros	Adição	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2022
Terrenos	30	3	-	-	(11)	(3)	19
Edificações	10.168	658	-	-	(1.209)	(897)	8.720
Veículos	145	35	883	(145)	(466)	(18)	434
<b>Total - passivo de arrendamento</b>	<b>10.343</b>	<b>696</b>	<b>883</b>	<b>(145)</b>	<b>(1.686)</b>	<b>(918)</b>	<b>9.173</b>

(\*) Adição referente ao reajuste do contrato da sede corporativa na Barra da Tijuca e contrato de aluguel de veículos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
31 de dezembro de 2023	Fixa	11,45	6	-	6
Terrenos	Fixa	8,45 a 11,45	670	16.752	17.422
Edificações (*)	Fixa	10,75	240	-	240
Veículos	Fixa	10,75	916	16.752	17.668
<b>Total - obrigação por arrendamento</b>			<b>1.832</b>	<b>16.752</b>	<b>18.584</b>
31 de dezembro de 2022	Fixa	11,45	13	6	19
Terrenos	Fixa	8,45 a 11,45	1.406	7.314	8.720
Edificações (*)	Fixa	10,75	434	-	434
Veículos	Fixa	10,75	1.853	7.320	9.173
<b>Total - obrigação por arrendamento</b>			<b>3.606</b>	<b>7.320</b>	<b>10.926</b>

(\*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2023, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2024	Janeiro de 2025 a dezembro de 2027	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	6	-	6	6
Edificações	5.048	14.607	19.656	17.422
Veículos	240	-	240	240
<b>Total</b>	<b>5.294</b>	<b>14.607</b>	<b>19.902</b>	<b>17.668</b>

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2023, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 4.385 (R\$ 2.315 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 1.099 (R\$ 918 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 9.011 (R\$ 5.947 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022).

## 15. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
De gás (a)	385.472	438.512
De serviços	113.170	105.869
De materiais e outros	7.097	20.305
	<b>505.739</b>	<b>564.686</b>

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2023 com vigência até 31 de dezembro de 2034.

## 16. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>1.218.313</b>	<b>1.250.329</b>
Linhas de crédito	1.218.313	1.250.329
Total do passivo	141.784	241.916
Circulante	1.076.529	1.008.413
Não circulante	1.218.313	1.250.329

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Indexadores	Vencimento	Circulante	Não circulante
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,90%	23/11/2026 (a)	296	29.625
	CDI+1,90%	23/11/2026 (a)	494	49.775
	CDI+1,90%	23/11/2026 (a)	772	49.625
	CDI+1,64%	18/05/2026 (a)	14.029	151.040
Banco de Tokyo	CDI+1,45%	11/04/2025 (a)	10.722	100.149
	CDI+1,89%	20/10/2026 (a)	-	35.226
	CDI+1,90%	20/10/2026 (a)	-	23.857
	CDI+0,95%	10/10/2025 (a)	1.335	59.952
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024 (a)	50.538	-
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/04/2026 (a)	5.413	160.951
	CDI+1,71%	07/04/2026 (a)	3.433	100.657
ING Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024 (a)	32.673	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025 (a)	3.839	39.891
	CDI+1,90%	07/12/2026 (a)	142	30.000
Banco Itaú	CDI+1,78%	07/04/2025 (a)	5.021	44.874
	CDI+1,78%	07/04/2025 (a)	12.148	106.253
	CDI+1,90%	21/11/2025 (a)	440	44.836
	CDI+1,90%	21/11/2025 (a)	489	49.818
			<b>141.784</b>	<b>1.076.529</b>
			<b>241.916</b>	<b>1.008.413</b>

(a) Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo o montante de R\$ 3.311 (R\$ 3.948 em 31 de dezembro de 2022) referente ao ganho decorrente da modificação dos termos da dívida. O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
2024	-	394.299
2025	444.377	351.257
2026	632.152	262.857
	<b>1.076.529</b>	<b>1.008.413</b>

## Mapa de movimentação dos empréstimos

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	1.250.329	1.189.783
Juros provisionados	168.654	171.653
Juros pagos	(203.633)	(111.665)
Custos a amortizar	6.274	4.506
Custos amortizados no exercício	(3.311)	(3.948)
Saldo final	<b>1.218.313</b>	<b>1.250.329</b>

## 17. Tributos a recolher

	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	37.173	35.127
IRPJ a pagar	53.764	61.903
COFINS	8.141	4.667
PIS	1.102	995
CS/PIS/COFINS terceiros	2.109	2.577
INSS terceiros	1.686	1.717
ISS terceiros	1.184	1.251
Outros	5.804	5.550
	<b>110.963</b>	<b>113.787</b>

## 18. Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>875.685</b>	<b>875.685</b>	<b>392.032</b>	<b>392.032</b>
<b>Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%</b>	<b>(218.921)</b>	<b>(78.812)</b>	<b>(98.008)</b>	<b>(35.283)</b>

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>875.685</b>	<b>875.685</b>	<b>392.032</b>	<b>392.032</b>
<b>Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%</b>	<b>(218.921</b>			



# Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 - CÓDIGO CVM 01661-6



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG**  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências	
Veja as Notas 2.13, 3(c) e 21 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, regulatória, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Os processos de natureza tributária são relativos a multas aplicadas pelas autoridades fiscais competentes sobre potenciais não cumprimentos da legislação em vigor. O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é feito pela administração da Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, assim como quanto à probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações tributárias consideradas mais significativas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (a) Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia. (b) Avaliação, com auxílio de nossos especialistas jurídicos, nos casos aplicáveis e, se necessário, dos julgamentos utilizados pela Companhia na determinação da probabilidade de perda, bem como na avaliação do mérito das causas, julgados similares e informações e atualizações publicadas recentemente relativas ao andamento dos processos e comparamos com a jurisprudência de processos semelhantes, informações históricas e pareceres preparados pelos assessores jurídicos externos da Companhia. (c) Avaliação da capacidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício com as provisões previamente reconhecidas; e (d) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.
Mensuração do passivo atuarial	
Veja as Notas 2.15, 3(d) e 20 das demonstrações financeiras	
Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui planos de benefício pós-emprego concedidos a empregados e ex-empregados relativos a assistência médica e a plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas para determinação dos valores. O passivo de benefício definido é estimado com base em premissas atuariais, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano de pensão, crescimentos salariais futuros e taxas de mortalidade. Devido às incertezas relacionadas com as premissas utilizadas para estimar o passivo de benefício definido que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (a) Avaliação, com base amostral, dos dados dos participantes utilizados na avaliação atuarial da Companhia; (b) Obtenção, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais e com o objetivo de mitigar as incertezas mencionadas, do entendimento em relação às principais premissas aplicadas pela Companhia, obtidas com base em trabalho realizado por empresa especializada contratada pela Companhia. Essas premissas são por nós comparadas com aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações; (c) Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, dos cálculos das obrigações de benefícios a empregados realizados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Companhia; e (d) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao passivo de benefício definido. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor de benefício a empregados e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2024



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto  
Contador CRC RJ-064887/O-8

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 22/02/2024, o Conselho Fiscal, **por unanimidade**, é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 22 de fevereiro de 2024.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Renato Achutti

Luiz Cláudio Costa